|  |
| --- |
| **NORMA DE PROCEDIMENTO – PGE Nº 003** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Tema:** | Consultoria jurídica em processo administrativo |
| **Emitente:** | Procuradoria Geral do Estado - PGE |
| **Sistema:** | Procuradoria Geral do Estado | **Código:** | PGE |
| **Versão:** | 1 | **Aprovação:** | Portaria nº 012-R, de 20/12/18 | **Vigência:** |  |

1. **OBJETIVOS**
	1. Realizar consultoria jurídica em processo administrativo.
2. **ABRANGÊNCIA**
	1. Procuradoria Geral do Estado – PGE
	2. Secretaria de Estado consulente
3. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
	1. Lei Complementar Estadual nº 88/1996, art. 4º, IV, ‘b’; art. 17, I;, e art. 21;
	2. Portaria PGE nº 095-S
4. **DEFINIÇÕES**
	1. **SIMEX** - Sistema de Mensageria Expressa.
	2. **SEP** – Sistema Eletrônico de Protocolo
	3. **PCA/PGE - Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGE -** Setorial especializada da PGE que assessoramento e representa extrajudicialmente o Estado em matérias relativas a contratos, acordos, convênios e ajustes de interesse direto e indireto do Estado do Espírito Santo.
	4. **PGE.Net** - Sistema de informática utilizado pela PGE para o controle e emissão de documentos e peças processuais dos processos judiciais e administrativos.
	5. **SPGA/PGE - Subprocuradoria-geral para Assuntos Administrativos da PGE** – Órgão responsável por apreciar e manifestar, mediante delegação do Procurador-Geral do Estado, decisão em processos oriundos da Procuradoria da Consultoria Administrativa, bem como coordenar o planejamento e a execução de programas, projetos e atividades que lhe forem delegados pelo Procurador-Geral do Estado.
	6. **Validação** – Conferência dos dados cadastrais inseridos no PGE.Net
	7. **Suspeição do Procurador** – Situação em que o Procurador do Estado está psicologicamente vinculado às partes ou tem interesse na solução da causa de seu cônjuge ou de parentes deste em linha reta, ou na colateral até o terceiro grau.
5. **UNIDADES FUNCIONAIS ENVOLVIDAS**
	1. CPGE – Conselho da Procuradoria Geral do Estado
	2. PCA/PGE – Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGE
	3. Protocolo/PGE
	4. SPGA/PGE - Subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos da PGE
	5. Secretaria de Estado consulente..
6. **PROCEDIMENTOS**
	1. Para a realização de consultoria jurídica em processo administrativo pela PGE, o seguinte fluxograma deve ser seguido:



* + 1. Elaboração da consulta administrativa pela Secretaria de Estado consulente
		2. Recebimento do processo administrativo no SIMEX e SEP pelo Protocolo da PGE
		3. Pré-cadastro e cadastro do processo administrativo no PGE.Net
		4. Encaminhamento do processo físico
		5. Validação do processo administrativo no PGE.Net pela Secretaria da PCA/PGE
		6. Triagem e distribuição por assunto..

Se o Procurador vinculado não estiver de férias nem for suspeito, seguir para o item 6.1.7

Se o Procurador vinculado estiver de férias ou for suspeito:

* + - 1. Redistribuição da pendência do parecer no PGE.Net .
		1. Elaboração do parecer no PGE.Net pelo Procurador da PCA
		2. Encaminhamento pelo PGE.Net.
		3. Análise pela Chefia da PCA da competência para elaborar o parecer

Se não houver competência delegada (Portaria nº 095-S):

* + - 1. Submissão à SPGA para elaboração do parecer
			2. Elaboração do parecer da SPGA
			3. Seguir para o item 6.1.10

Se houver competência delegada à Chefia da PCA (Portaria nº 095-S):

* + - 1. Análise do parecer do Procurador da PCA pela Chefia da PCA

Se houver aprovação do parecer do Procurador:

* + - * 1. Elaboração da aprovação do parecer

Se o parecer não for condicionado:

Encaminhamento do processo pela Chefia da PCA à Secretaria da PCA

Seguir para o item 6.1.17

Se o parecer for condicionado:

Devolução do processo administrativo ao pela Secretaria da PCA ao Protocolo da PGE

Remessa do processo administrativo no SIMEX e SEP pelo Protocolo da PGE à Secretaria de Estado consulente.

Atendimento à condicionante pela Secretaria de Estado consulente

Retorno ao item 6.1.2

Se não houver aprovação do parecer do Procurador:

* + - * 1. Elaboração do parecer divergente pelo Chefe
				2. Submissão à SPGA para aprovação do parecer

Se houver aprovação do parecer do procurador vinculado:

Elaboração da aprovação do parecer

Se não houver aprovação do parecer do procurador vinculado:

Elaboração do parecer divergente pelo SPGA.

* + 1. Análise da divergência/inconstitucionalidade pela SPGA

Se não houver divergência na PGE ou inconstitucionalidade, seguir para o item 6.1.16:

Se houver divergência na PGE ou inconstitucionalidade:

* + 1. Encaminhamento ao Conselho da PGE
		2. Designação de dia para julgamento.
		3. Julgamento da questão .
		4. Publicação do acórdão do CPGE
		5. Incorporação do acórdão do CPGE ao parecer
		6. Encaminhamento do processo pela SPGA à Secretaria da PCA
		7. Devolução do processo administrativo pela Secretaria da PCA ao Protocolo da PGE
		8. Remessa do processo administrativo no SIMEX e SEP pelo Protocolo da PGE à Secretaria de Estado consulente.
		9. Recebimento do processo administrativo com o parecer pela Secretaria de Estado consulente.
1. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**
	1. Não aplicável.
2. **ANEXOS**
	1. Não aplicável.
3. **ASSINATURAS**

|  |
| --- |
| **EQUIPE DE ELABORAÇÃO:** |
| **Carolina Bonadiman Esteves**Procuradora do Estado | Elaborado em 30.05.2018 |
| **APROVAÇÃO:** |
| **Alexandre Nogueira Alves**Procurador Geral do Estado | Aprovado em 20.12.2018 |